

Aviso n.º 11546/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 16 de Março de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Silvina dos Santos Lopes Correia Moniz, natural de Santiago Maior, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 13/09/1971, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

8 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11547/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Fevereiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria da Conceição Sanches Rocha, natural de Portimão, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 09/11/1982, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

8 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11548/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 4 de Dezembro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Kone Losseni, natural de Gouessasso, República da Costa do Marfim, de nacionalidade marfinense, nascido a 20/05/1966, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

8 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11549/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 8 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Neuza Maria Ferreira Soares e Freitas, natural de Nossa Senhora das Dores, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 06/10/1967, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97 de 31 de Janeiro.

8 de Abril de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA**Gabinete do Ministro****Despacho n.º 10949/2008**

A Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, introduziu alterações na estrutura orgânica do Centro de Estudos Judiciários. Ora, nos termos do artigo 25.º, n.º 1 c) da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com as alterações da Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto (regras para as nomeações dos altos cargos dirigentes da Administração Pública), a comissão de serviço dos titulares de cargos dirigentes cessa em caso de reorganização da unidade orgânica.

Assim, nos termos do artigo 95.º da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro, são nomeados, em comissão de serviço, como Directores-Adjuntos do Centro de Estudos Judiciários, os Directores-Adjuntos actualmente em funções, possuidores de reconhecida aptidão e experiência profissional, adequadas ao exercício dessas funções, como se evidencia nas sínteses curriculares publicadas em anexo:

a) como Director-Adjunto para o 1.º ciclo do curso de formação teórico-prática e para a formação contínua, o Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Évora, Dr. Sérgio Gonçalves Poças;

b) como Director-Adjunto para o 2.º ciclo do curso de formação teórico-prática e para a fase de estágio de ingresso na magistratura, o Juiz Desembargador do Tribunal da Relação de Lisboa, Dr. Manuel José Aguiar Pereira;

c) como Director-Adjunto para o 2.º ciclo do curso de formação teórico-prática e para a fase de estágio de ingresso na magistratura, o Procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa, Dr. José António Branco;

d) como Director-Adjunto na área de estudos e investigação judiciais, o Assessor Principal do quadro da Direcção-Geral de Reinserção Social, Dr. António Carlos Rodrigues Duarte Fonseca.

Foi ouvido o Conselho de Gestão do Centro de Estudos Judiciários (que se mantém em funções nos termos do artigo 114.º, n.º 1, da Lei n.º 2/2008, de 14 de Janeiro), que se pronunciou favoravelmente.

Foram obtidas as autorizações do Conselho Superior da Magistratura para as nomeações dos Directores-Adjuntos referidos nas alíneas a) e b) e a autorização do Conselho Superior do Ministério Público para a nomeação do Director-Adjunto referido na alínea c).

O presente despacho produz efeitos a partir de 15 de Janeiro de 2008.

7 de Abril de 2008. — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa*.

Curriculum vitae**Dados pessoais**

Nome: Sérgio Gonçalves Poças
Data de nascimento: 13.05.1946
Naturalidade: Viseu
Estado civil: casado

Habilitações literárias

Licenciatura em Direito concluída em Fevereiro de 1975 na Universidade de Lisboa.

Experiência profissional

Magistrado do Ministério Público de Maio de 1975 a Setembro de 1980.

Juiz de Direito de Outubro de 1980 a Setembro de 1995.

Juiz Formador durante 10 anos na comarca de Santarém.

Juiz Auxiliar no Tribunal da Relação de Évora de Setembro de 1995 a Dezembro de 1995.

Docente — em comissão de serviço — no CEJ (Centro de Estudos Judiciários) de Janeiro de 1996 a Julho de 2000.

Juiz Desembargador em funções no Tribunal da Relação de Évora, secção criminal, desde Setembro de 2000.

Elemento do júri das provas orais dos testes de aptidão para ingresso no CEJ no ano de 2004.

Actividade de conferencista

Em 22 de Fevereiro de 2001, na acção de formação dos auditores de justiça do XIX curso normal no CEJ subordinada ao tema «A prova: recolha, produção, registo e valoração».

Em 01 de Junho de 2002, no Seminário promovido pela Associação Forense de Santarém subordinado ao tema «O arguido e a sua defesa».

Em 29 de Janeiro de 2003, na acção levada a efeito pela Associação Jurídica de Braga subordinada ao tema «Da fundamentação de facto da Sentença penal — Decidir com Justiça».

Em 12 de Março de 2003, na acção levada a cabo pela Universidade Lusitana do Porto, no âmbito de curso de preparação para as provas de admissão ao CEJ, subordinada ao tema «O Julgamento em Processo Penal».

Em 31 de Março de 2005, na acção de formação complementar para o XX curso normal de formação levada a cabo pelo CEJ subordinada ao tema «Prova e Julgamento».

Em 05 de Dezembro de 2005, na acção de formação para o XXII curso normal de formação levada a cabo pelo CEJ (Delegações Distritais de Lisboa e Évora) subordinada ao tema «Algumas questões de Ética e Deontologia».

Em 12 de Abril de 2006, por despacho de SS. Ex.ª do Ministro da Justiça, foi nomeado Director-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários para a fase teórico-prática a decorrer nos tribunais, na fase de estágio e na formação complementar, em comissão de serviço, tendo tomado posse a 2 de Maio de 2006.

De 16 a 18 de Maio de 2007, participou, enquanto representante do Centro de Estudos Judiciários, no IV Assembleia geral da Rede Ibero-Americana de Escolas Judiciais, que se realizou no Rio de Janeiro.

Curriculum vitae

Nome: Manuel José Aguiar Pereira
Nasceu a 24 de Fevereiro de 1955 na freguesia de Custóias do Douro do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

É casado e tem três filhas.

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 4 de Outubro de 1978 (Curso Jurídico 1973-1978), na vertente de Ciências Jurídicas.

Exerceu advocacia em Coimbra entre 1980 e 1983 e, de 1979 a 1983 funções de assessor jurídico do General Comandante da Região Militar do Centro.

Frequentou no Centro de Estudos Judiciários o IV Curso Especial de Formação da Magistratura Judicial, com início em Setembro de 1983 e conclusão em Maio de 1986, tendo sido colocado em regime de estágio na Comarca de Tomar.

Exerceu funções de Juiz de Direito nas Comarcas de S. Roque do Pico (1986 e 1987), Ferreira do Zêzere (1988), Tomar (1989 e 1990), Ourém (em acumulação) e Santarém.

Exerceu funções como Juiz de Direito no Círculo Judicial de Santarém de Outubro de 1991 a Julho de 2004.

Foi colocado em funções como Juiz Desembargador no Tribunal da Relação de Lisboa (6.ª Secção Cível) em Setembro de 2004, tendo sido promovido à categoria de Juiz Desembargador por deliberação do Plenário do Conselho Superior da Magistratura de 18 de Julho de 2006.

É membro fundador e Presidente da Direcção da Associação Forense de Santarém, tendo coordenado a respectiva actividade desde a sua constituição, em 31 de Maio de 2001, e promovido e moderado, nessa qualidade, debates sobre temas relativos à prática judiciária, alguns dos quais no âmbito do Congresso da Justiça realizado em Dezembro de 2003.

Entre 1993 e 1995 integrou os corpos gerentes da Delegação Regional do Sul da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Integra actualmente o Conselho Geral da Associação Sindical dos Juizes Portugueses.

Foi eleito membro do Conselho Superior da Magistratura em 1995, tendo exercido funções como vogal, entre Dezembro de 1995 e Março de 1998. Representou o Conselho Superior da Magistratura em contactos internacionais, em especial, no âmbito da formação de magistrados.

Integrou, por nomeação do Sr. Ministro da Justiça, e a partir de Outubro de 2004, um grupo de trabalho constituído no Ministério da Justiça tendo em vista a apresentação de medidas no âmbito do Pacto de Regime para a Justiça, tendo sido co-autor dos projectos apresentados para a revisão do sistema de recursos em processo civil e da actual lei de Organização e Funcionamento do Centro de Estudos Judiciários e participado nos debates públicos sobre a reforma do sistema de recursos em processo civil (Maio de 2005).

Actualmente e desde Novembro de 2004 exerce, em regime de acumulação, funções de Director da Delegação de Lisboa do Centro de Estudos Judiciários para a Magistratura Judicial, coordenando o ciclo de actividades dos auditores de justiça nos Tribunais e os estágios da magistratura judicial no Distrito Judicial de Lisboa.

Ainda no âmbito do Centro de Estudos Judiciários integrou os júris de exame das provas escritas em 2006 e 2007 (prova de Direito Cível e Processual Civil e Direito Comercial).

Teve intervenção em diversos seminários e debates sobre temas de âmbito judiciário, destacando a participação, em 2004, na Bienal de Jurisprudência de Direito de Família e, em representação do Centro de Estudos Judiciários, no I Encontro Internacional de Magistrados realizado em Agosto de 2005 no Brasil e no FOR-JVS 2006 International Forum of Judges and Representatives of Justice (cujo comité organizador internacional integrou), realizado em Agosto de 2006 em Vitória do Espírito Santo (Brasil), tendo ali apresentado duas comunicações: “As medidas recentes do combate à criminalidade organizada em Portugal” e “Comentários sobre o combate à corrupção em Portugal”.

Em 6 e 7 de Novembro de 2006 representou em Skopje — Macedónia o Centro de Estudos Judiciários na Conferência de Abertura da Academy for Training of Judges and Prosecutors (Macedónia) tendo apresentado uma comunicação sobre a formação de magistrados em Portugal.

No âmbito do Programa Pir Palop II, entre 8 e 12 de Outubro de 2007, orientou, no Centro de Formação Jurídica e Judiciária de Moçambique, um curso sobre “Fundamentação dos Actos Judiciais” a candidatos às magistraturas judicial e do ministério público de Angola, Cabo Verde, Guiné Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Curriculum vitae

José António Branco

Data de nascimento: 30/01/1957

Naturalidade: Cabeção, Évora

Categoria Profissional: Procurador da República

I — Funções e Cargos Desempenhados

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa, em Junho de 1981;

Auditor de Justiça no Centro de Estudos Judiciários (15/3/82 — 16/9/82);

Delegado do Procurador da República, em regime de estágio, na comarca de Almada (16/9/82);

Delegado do Procurador da República na comarca de Montemor-o-Novo (23/5/83 — 30/10/85);

Delegado do Procurador da República na comarca de Abrantes (30/10/85 — 30/7/88);

Delegado do Procurador da República na comarca de Loures (39/7/88 — Julho/94);

Magistrado Formador do CEJ (Outubro de 1986 — Julho de 1994);

Vice Presidente do Conselho dos Oficiais de Justiça (comissão de serviço de Julho/94 — 11/3/1999);

Procurador Adjunto no Tribunal Administrativo do Círculo de Lisboa (11/3/99 — 16/9/99);

Posse no cargo de Procurador da República em Ponta Delgada (16/9/99 — 27/1/2000);

Procurador da República no DIAP de Lisboa (27/1/00 — 7/3/01);

Procurador da República nos Juízos Cíveis da Amadora (em regime de acumulação) (1/2/00 — 19/6/01);

Procurador da República destacado na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (7/3/01 — 28/5/02);

Representante da Procuradoria-Geral da República na “Comissão de Acompanhamento”, presidida pelo Sr. Professor Germano Marques da Silva, no seio da Estrutura de Missão da designada “Vigilância Electrónica” (Maio/01 — 28/5/02);

Director Nacional Adjunto da Polícia Judiciária (comissão de serviço de 28/5/02 — 13/8/04);

Procurador da República destacado na Procuradoria-Geral Distrital de Lisboa (13/8/04 — 1/9/05);

Procurador da República no DIAP de Lisboa em regime de acumulação (25/10/04 — 15/7/05);

Posse no cargo de Procurador da República no Tribunal Administrativo e Fiscal de Lisboa;

Director-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários (desde 1/9/05). António Carlos Rodrigues Duarte Fonseca nasceu em Coimbra, em 1953.

Desempenha, desde 27-10-2004, em comissão de serviço, o cargo de Director-Adjunto do Centro de Estudos Judiciários, previsto na al. c) do n.º 1 do artigo 8.º da Lei n.º 16/98, de 8 de Abril, sendo responsável pela direcção do Gabinete de Estudos Jurídico-Sociais e da Biblioteca e pela gestão de recursos humanos.

Outros cargos dirigentes exercidos: Director-adjunto do Departamento do Ensino Secundário (2002-2004); Subdirector-Geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça (1999-2000); Vice-Presidente do Instituto de Reinserção Social — IRS (1997-1999); Director do Departamento de Coordenação da Gestão dos Colégios do IRS (1995-1997), dos Serviços de Administração Geral da Direcção-Geral dos Serviços Tutelares de Menores (1993-1995) e do Instituto Padre António de Oliveira (reeducação de menores) (1979-1992).

É assessor principal do quadro da Direcção-Geral de Reinserção Social.

Habilitações académicas: Mestre em Direito (Ciências Jurídico-Criminais) (2004), Licenciado em Direito (Ciências Jurídicas) (1977) e Bacharel em Direito (1975) pela Univ. Coimbra. PÓS-GRADUAÇÕES: em Ciências Jurídico-Criminais (Univ. Coimbra: 2001), em Psiquiatria Forense (Univ. Lisboa: 2001); Curso Superior de Medicina Legal (IML, Coimbra: 1979), curso de Criminologia (CEJ: 1993-94); Bolseiro de investigação (Conselho da Europa) sobre prevenção e tratamento da delinquência juvenil (orientação do Prof. Doutor Portigliatti-Barbos, Turim: 1985).

Actividade docente e como formador em diversos Cursos de pós-graduação organizados pelo Centro de Direito da Família da Fac. Direito da Univ. Coimbra («Protecção de Menores», de 1997 a 2006/7); pela Universidade Católica Portuguesa («Contextos Familiares de Risco»: Lisboa, 2007; «Direito das Crianças», Lisboa, 2005; Porto, 2004 e 2005); pela Universidade Lusófona («Transgressionalidades Juvenis», 2007); pela Fac. Direito da Univ. de Lisboa («Direito da Educação», 2001 e 2002); e pela Univ. Internacional da Figueira da Foz («Reinserção Social», 1998 e 1999). Professor da EP Infante D. Henrique (1993-95), da EP de Caxias (1982-83) e do Liceu Nacional do Funchal (1975-76). Tem apresentado diversas comunicações, no país e no estrangeiro, nas áreas da execução de penas e medidas, da Protecção da Infância e Juventude e do Direito de Menores, e nas áreas da Educação, da Aprendizagem e da Formação Profissional de jovens em risco.

Outras actividades e missões: Perito nacional junto da Comissão Europeia, no contexto da implementação do Programa de Trabalho «Educação e Formação para 2010» (“Estratégia de Lisboa”), em matéria de cidadania activa e inclusão (2003-2004). Representante do ME no Conselho Nacional contra a Exploração do Trabalho Infantil (CNETI) e na Comissão de Avaliação da Execução do Programa Integrado de Educação e Formação (PIEF), no âmbito do Plano para a Eliminação da Exploração do Trabalho Infantil (PEETI). Coordenador nacional do Inquérito Internacional de Vitimação (ICVC 2000). Membro da Comissão de Reforma da legislação sobre o processo tutelar educativo e sobre o regime penal especial aplicável jovens adultos que elaborou o projecto da lei Tutelar Educativa (Lei n.º 166/99, de 14-9); membro do Grupo de trabalho de Reforma da Execução das Penas e Medidas de Segurança, autor do projecto da lei de execução das medidas privativas de liberdade (Dec.-Lei n.º 265/79, de 1-8). Dirigente da Associação Portuguesa para o Direito dos Menores e da Família (1986-1996). Membro do Grupo Permanente de Análise para os Problemas da Infância e Juventude (CEJ). Secretário do Ministro da Justiça, Professor Doutor Eduardo Correia (1978-79).

Livros e partes de livros de que é autor:

(2007) «Memória Metamórfica de um Casarão Amarelo», AAVV, O Centro de Estudos Judiciários e o Limoeiro, Coimbra: Almedina (também co-coordenador da edição). (2006) «Responsabilização dos Menores pela Prática de Factos Qualificados como Crimes: Políticas Actuais», AAVV, Psicologia Forense, Coimbra: Almedina. (2005) Internamento de Menores, Coimbra: Coimbra Editora. (2003) «O Juiz Social — entre necessidades de socialização e pressões de defesa social», AAVV, Cuidar da Justiça de Crianças e Jovens. A Função dos Juizes Sociais., Coimbra: Almedina. (2003:reimp.; 2001) Comentário da lei Tutelar Educativa, Coimbra: Coimbra Editora (co-autoria com Anabela Miranda Rodrigues). (2000) Condutas Desviantes de Raparigas nos Anos 90 Chegadas ao Conhecimento dos Tribunais, Coimbra: Coimbra Editora. (2000) Menores e Justiça Tutelar, Lisboa: GEP/MJ. (1999) «Le droit à l'école et l'éducation pour le droit», AAVV, Education Law and Policy in an Urban Society, Yearbook of the European Association for Education Law and Policy, vol. II (1997), The Hague: P. Akkermans, J. De Groof & H. Penneman (Eds.), Kluwer Law International. (1998) «Aspectos contraditórios do modelo de protecção na execução de medidas tutelares de internamento», AAVV, O Direito de Menores Reforma ou Revolução, Lisboa. (1991) «L'Internement dans les Établissements de Rééducation: les signifiants et les signifiés dans la loi et la pratique portugaises», AAVV, L'Avenir du Système Pénal des Mineurs, Leuven/Amersfoort: ACCO.

É ainda autor e co-autor de vários estudos, efectuados no âmbito do GEJS e divulgados publicamente pelo CEJ, e de diversos artigos publicados em revistas de especialidade.

Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P.

Aviso (extracto) n.º 11550/2008

Em sessão de 02/04/2008 do Conselho Directivo do INML, I. P, foi tomado conhecimento que o Lic. José Miguel Soares Jara foi colocado na especialidade de psiquiatria dos Hospitais da Universidade de Coimbra, com efeitos a partir de 1 de Abril de 2008, no âmbito do Concurso do Internato Médico 2008-B, pelo que cessa a frequência do internato de medicina legal na mesma data. (Não carece de visto ou declaração de conformidade do Tribunal e Contas)

4 de Abril de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Aviso (extracto) n.º 11551/2008

Faz-se público que, relativamente ao concurso interno de ingresso para provimento de quatro lugares na categoria de técnico ajudante de 2ª classe de medicina legal, aberto pelo aviso n.º 1385/2007, publicado no DR, 2.ª série, n.º 21, de 30/01/2007, é abatido à respectiva lista de classificação final o único candidato aprovado Armindo Miguel Pereira Rosa, por ter desistido do referido lugar, ficando, assim, deserto o referido concurso.

4 de Abril de 2008. — O Presidente do Conselho Directivo, *Duarte Nuno Vieira*.

Aviso n.º 11552/2008

1 — Nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por deliberação do Conselho Directivo do Instituto Nacional de Medicina Legal, I. P. (INML, I.P.) de 7 de Abril de 2008, proferida ao abrigo da competência atribuída pela alínea f)

do n.º 1 do artigo 21.º da lei Quadro dos Institutos Públicos, aprovada pela lei n.º 3/2004, de 15/01, na nova redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 105/2007, de 03/04, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no Diário da República, concurso interno geral de ingresso para preenchimento de dois lugares vagos na categoria de assistente administrativo da carreira de assistente administrativo, do quadro de pessoal do Instituto Nacional de Medicina Legal, I.P. aprovado pela Portaria n.º 1214/2002, de 4 de Setembro.

2 — Foi publicitada a oferta para reinício de funções por tempo indeterminado na categoria de assistente administrativo, da carreira de assistente administrativo, com o código de oferta n.º P20081658, no âmbito da qual não foi recebida nenhuma candidatura.

3 — Prazo de validade — o concurso é válido para o preenchimento das vagas postas a concurso, caducando com o seu preenchimento.

4 — Legislação aplicável — Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, 427/89, de 7 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 218/98, de 17 de Julho, 204/98, de 11 de Julho, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho, Código do Procedimento Administrativo e demais legislação complementar.

5 — Conteúdo funcional — Para além do conteúdo funcional enunciado no Decreto Regulamentar n.º 20/85, de 1 de Abril, o funcionário a recrutar deve assegurar o secretariado do Gabinete Médico-Legal, acedendo à sala de autópsias durante a realização dos respectivos exames periciais, a fim de proceder a todos os registos necessários à realização da autópsia, bem como à identificação, conservação e expedição de produtos biológicos a enviar para os laboratórios da respectiva Delegação.

6 — Local de trabalho — Gabinete Médico-Legal de Portimão.

7 — Vencimento e outras regalias sociais — a remuneração é a correspondente ao desenvolvimento indiciário para a categoria do lugar a prover, fixada nos termos dos Decretos-Leis n.ºs 353-A/89, de 16 de Outubro, e 404-A/98, de 18 de Dezembro, e legislação complementar, sendo as condições de trabalho e as regalias sociais as genericamente vigentes para os funcionários da Administração Pública.

8 — Condições de candidatura — podem ser opositores a este concurso os candidatos que, até ao termo do prazo para a apresentação das candidaturas, reúnam os requisitos gerais e especiais exigidos por lei:

8.1 — Requisitos gerais (artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho):

- Ter nacionalidade portuguesa, salvo nos casos exceptuados por lei especial ou convenção internacional;
- Ter 18 anos completos;
- Possuir as habilitações literárias ou profissionais legalmente exigidas para o desempenho do cargo;
- Ter cumprido os deveres militares ou de serviço cívico, quando obrigatório;
- Não estar inibido do exercício de funções públicas ou interdito para o exercício das funções a que se candidata;
- Possuir a robustez física e o perfil psíquico indispensáveis ao exercício da função e ter cumprido as leis de vacinação obrigatória.

8.2 — Requisitos especiais:

- Ter vínculo à função pública, nas condições previstas nos n.ºs 1 e 3 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho
- Estar habilitado com o 11º ano de escolaridade ou equivalente, de acordo com o disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 44/99, de 11 de Junho.

9 — Métodos de selecção:

9.1 — Os métodos de selecção a utilizar são os seguintes:

- Prova de conhecimentos gerais;
- Prova de conhecimentos específicos;
- Entrevista profissional de selecção.

9.2 — Todos os métodos de selecção serão valorizados numa escala de 0 a 20 valores

9.3 — As provas de conhecimentos revestem a forma escrita, com a duração máxima de noventa minutos cada, e têm carácter eliminatório para os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores em cada uma delas.

9.4 — O programa da prova de conhecimentos gerais é o constante do programa II anexo ao despacho n.º 13 381/99, publicado no Diário da República, 2.ª série, de 14 de Julho de 1999, e visa avaliar, de um modo global, os conhecimentos ao nível da escolaridade exigida para provimento do lugar posto a concurso, fazendo apelo quer aos conhecimentos adquiridos no âmbito da escola, particularmente nas áreas de língua portuguesa (morfologia e sintaxe) e matemática, quer aos conhecimentos resultantes da vivência do cidadão comum.